

IMPLICAÇÕES DISCURSIVAS E COGNITIVAS NO ENSINO DA REFERENCIAÇÃO

Marcus Vinicius Brotto de Almeida¹

profportmarcus@hotmail.com

RESUMO: O ensino da coesão referencial frequentemente negligencia as questões discursivas e cognitivas imbricadas no fenômeno. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar sucintamente os referenciais teóricos da Linguística Cognitiva e do Funcionalismo a fim de abordar a processualidade imanente à produção e compreensão de textos. Para exemplificação, fenômenos relacionados à referenciação presentes em textos jornalísticos foram analisados à luz da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994) e da organização temática (EGGINS, 2004).

Palavras-chave: Referenciação; Ensino; Discurso; Cognição.

INTRODUÇÃO

Muito frequentemente, o ensino de língua materna oferece uma abordagem acerca da referenciação que pouco contribui para a percepção da dimensão discursiva e cognitiva dos recursos linguísticos responsáveis pela construção da teia referencial de um texto. Após analisar o tratamento da referenciação em cinco livros didáticos de Língua Portuguesa, Nogueira (2010: 88) comprovou que essas obras “apresentam abordagens pouco aprofundadas ou claras no que tange à referenciação”. Ainda no tocante à insuficiência da abordagem dos aspectos ligados à coesão em materiais didáticos, Antunes (2005) comenta:

A questão da coesão tem sido, em geral, pouco ou quase nada tratada pelas gramáticas e, só muito recentemente, um ou outro livro didático traz observações acerca dessa propriedade textual. Em geral, essas observações são apresentadas de forma superficial, incompletas e, por vezes, com algumas

¹ Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Aluno de Doutorado em Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

inconsistências. Assim, pode-se admitir que as questões da coesão e da coerência não são exploradas de forma satisfatória, nem mesmo nas aulas de língua (ANTUNES, 2005: 16).

Basta folhear alguns compêndios para comprovar que o figurino se repete: normalmente, comenta-se que alguns recursos gramaticais são responsáveis por realizar a coesão referencial interfrástica – a ênfase recai no emprego da elipse, dos pronomes e dos sinônimos. Em seguida, as atividades comumente solicitam ao estudante a identificação, a classificação e o emprego desses recursos linguísticos com o objetivo de fixar a normatização do padrão culto. Assim, as implicações discursivas no uso de tais recursos coesivos são simplesmente ignoradas.

Realizada dessa maneira, tal abordagem ratifica a tradição meramente classificatória e prescritiva predominante no ensino de língua em nosso país. Não há dúvidas de que esse ensino, baseado na memorização de nomenclaturas, tem pouco a contribuir para o desenvolvimento da competência textual dos estudantes, que diz respeito à “capacidade de, em situações de interação comunicativa, produzir e compreender textos considerados bem formados” (TRAVAGLIA, 2005: 18).

Com o intuito de desenvolver essa competência textual, algumas propostas se voltam para a abordagem do texto como um objeto de estudo nas aulas de língua materna. Nesse sentido, Santos *et al.* (2013) afirmam que as atividades não devem se limitar a destacar os mecanismos coesivos dos textos, mas sim oferecer uma reflexão que busque “entender o porquê das escolhas feitas, pois cada uma delas implica abandono de outras, e a seleção depende da intencionalidade do texto” (SANTOS *et al.*, 2013: 18).

Nessa mesma direção, numa obra em que, apesar de investir muito tempo num inventário formal dos recursos coesivos do português, também procura discutir a funcionalidade desses recursos, Antunes (2005), ao tratar da substituição pronominal, pondera que a decisão de

[...] substituir ou não uma palavra por um pronome requer a competência de saber avaliar seus efeitos. Com uma substituição, um texto pode ficar mais conciso, mais enxuto, ou, ao contrário, pode ficar menos claro e mais sujeito a ambiguidades ou a interpretações dúbias. As competências para tomar decisões desse tipo é que são as verdadeiras competências textuais [...] (ANTUNES, 2005: 88).

Essas reflexões se voltam para um ensino produtivo do texto, meta almejada por muitos professores que acabam sem saber como alcançá-la por falta de

orientações. A partir da observação desse problema enfrentado por professores de língua materna na educação básica, procuraremos refletir, neste artigo, sobre o enquadramento epistemológico que subjaz a uma apreensão discursivo-cognitiva da referenciação.

Assim, em concordância com boa parte dos estudos de análise textual atuais (KOCH, 2004; MONDADA; DUBOIS, 2003; MARCUSCHI, 2007), procuraremos demonstrar que a abordagem discursivo-cognitiva da referenciação requer que o texto seja conceptualizado como um *processo*, e não como um *produto*. Isso implica considerar que o material linguístico funciona meramente como pista para a construção do significado, que é um processo que se realiza com a contribuição de outras bases de conhecimento (esquemas imagéticos, *frames*, molduras comunicativas, modelos cognitivos idealizados) e com atuação conjunta dos interlocutores, situados num dado contexto comunicativo.

Tal perspectiva pressupõe que a coerência, longe de ser uma propriedade intrínseca do texto, corresponde, na verdade, a um princípio de interpretabilidade, que depende em grande monta da contribuição ativa dos interlocutores, mediante o acionamento de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados e dos parâmetros fornecidos pelo contexto da troca comunicativa. Além disso, as pessoas cognizam situadamente por meio da construção de domínios cognitivos temporários, seja para alocar as informações que vão recebendo por meio dos discursos (FAUCONNIER, 1994), seja mesclando informações de diferentes domínios cognitivos (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Essa perspectiva, portanto, coaduna-se com a Hipótese Sociocognitiva da Linguagem (SALOMÃO, 1997).

Por ser uma unidade de análise extremamente complexa, o texto tem se mostrado um campo favorável à interseção de diferentes disciplinas. Seguindo essa linha, entendemos que o diálogo entre a Linguística Textual e outras áreas do conhecimento tem muito a colaborar para o refinamento da análise. Defendemos que a Linguística Cognitiva e a Linguística Funcional podem trazer importantes contribuições ao tratamento da referenciação como uma atividade discursivo-cognitiva, por abarcarem, no seu escopo teórico-metodológico, a processualidade imanente à produção dos discursos.

Com o objetivo de ilustrar a análise baseada nesses aportes teóricos, votaremos nossa atenção para a progressão referencial realizada em textos jornalísticos. O *corpus* que será empregado para a exemplificação é composto por diferentes gêneros

textuais: 04 (quatro) editoriais publicadas por *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, duas crônicas políticas de Reinaldo Azevedo publicadas pela *Veja* e uma notícia publicada pela *Veja*. Todos os textos versam sobre a publicação do Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que disciplina o estabelecimento da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Optamos por esses textos devido à sua ampla circulação e seu fácil acesso, e escolhemos esse tema em razão de sua atualidade e relevância para a sociedade.

O objetivo da análise é evidenciar os aspectos relacionados à referenciação que só podem ser abordados quando se consideram as peculiaridades discursivas e cognitivas do fenômeno. Para tanto, alguns processos referenciais de trechos dos textos selecionados são analisados consoante o aporte teórico-metodológico fornecido pela Linguística Cognitiva e pela Linguística Funcionalista. O principal propósito é divulgar abordagens capazes de descrever a processualidade imanente à referenciação.

1. DA COESÃO REFERENCIAL À REFERENCIAÇÃO

Atualmente, no Brasil, os estudos que se dedicam ao exame da referenciação têm procurado adotar uma perspectiva processual desse fenômeno. Essa postura tem o objetivo de substituir a noção de texto como *produto* pela percepção do texto como um *processo*, que mobiliza diversos conhecimentos prévios ativados pelos elementos linguísticos presentes na superfície textual (e, no caso da oralidade, também os paralinguísticos), enfatizando a natureza altamente inferencial da construção dos sentidos a partir dos discursos.

Schwarz-Friesel e Consten (2011) falam da mudança de uma noção estática de referência, visão central na semântica formal, para uma noção dinâmica de referência, que leva em consideração os aspectos pragmáticos e cognitivos envolvidos no fenômeno:

Referência como uma noção dinâmica é, assim, uma atividade colaborativa de falantes e ouvintes que ativam representações mentais extralinguísticas por meio do uso da linguagem. Isto é baseado num *common ground*, isto é, o conhecimento compartilhado por falantes e destinatários (SCHWARZ-FRIESEL; CONSTEN, 2011: 348. Tradução nossa).

Uma forte evidência dessa nova postura é a substituição da noção de *coesão referencial* pelo conceito de *referenciação*. Tal abordagem se tornou possível a partir do momento em que as pesquisas em Linguística Textual passaram a incorporar em seu escopo contribuições advindas de outras disciplinas, especialmente da Linguística Cognitiva, dos Funcionalismos nos seus mais variados matizes, da Psicologia Cognitiva, da Análise do Discurso e da Análise da Conversação. Todos esses diálogos só evidenciam que o texto favorece um campo de estudo interdisciplinar.

Numa proposta que procura contemplar essa processualidade, Koch (2004) entende que a referenciação está relacionada com a introdução, a manutenção e a desativação dos referentes ao longo do desenvolvimento discursivo. A autora postulou que as estratégias de referenciação envolvem as seguintes operações básicas: (i) construção/ativação – por meio da qual um referente ainda não mencionado é introduzido no modelo textual, ocupando uma posição focal na memória dos interlocutores; (ii) reconstrução/reativação – um objeto de discurso é reintroduzido na memória discursiva, por meio de uma forma remissiva, que o mantém em foco; (iii) desfocalização/desativação – um novo objeto de discurso é introduzido no modelo textual, que passa a ocupar o foco de atenção e desfocaliza o objeto de discurso anterior.

Com base na distinção entre dado e novo, Koch (2004) considera que existem dois tipos de processo de introdução de referentes textuais no discurso: ativação não ancorada e a ativação ancorada. A introdução não ancorada ocorre quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto. Já a ativação ancorada diz respeito à introdução de um referente novo sob a forma de informação dada em razão de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo. Koch (2004) inclui nessa categoria as anáforas associativas, as anáforas indiretas e os casos de nominalização em que um sintagma nominal transforma uma proposição do cotexto numa nova entidade no discurso, passível de servir de ponto de partida para uma nova predicação.

Para Koch (2004), a reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco dos objetos de discursos previamente introduzidos. A remissão aos referentes textuais dá origem às cadeias referenciais, responsáveis pela progressão referencial do texto. Koch (2004) lembra que a reconstrução pode ser feita principalmente por meio do uso de pronomes e de expressões nominais definidas e indefinidas. O emprego de expressões nominais anafóricas pode promover a recategorização dos objetos de

discurso, evidenciando que diferentes facetas de um mesmo referente podem ser iluminadas de acordo com os objetivos do produtor.

Cavalcante (2011), por seu turno, identifica duas maneiras como os estudos sobre referenciação abordam os objetos de discurso no interior de um texto. Uma delas descreve diferentes tipos de processos de introdução de referentes, anáforas e dêixis a partir da explicitação de expressões referenciais. A outra não pressupõe antecipadamente a introdução de referentes via expressões referenciais, mas sim a construção sociocognitivo-discursiva desse objeto de discurso, mesmo que de maneira imprecisa ou indefinida.

Cavalcante (2011), ao descrever os processos referenciais atrelados à menção, compreende que, num primeiro momento, haveria a introdução referencial, isto é, a referência a entidades ainda não mencionadas no universo textual. Em seguida, havendo remissão a pistas presentes no cotexto, tem-se a anáfora, que sinaliza a continuidade referencial. A pesquisadora identifica dois tipos de anáfora: a direta ou correferencial e a indireta ou não correferencial. A anáfora direta se caracteriza pela remissão a um mesmo objeto de discurso. Já a anáfora indireta não retoma um mesmo referente, mas guarda uma relação indireta com uma âncora linguística presente no cotexto. Dentro dessa categoria, a autora inclui também anáfora encapsuladora, que remete a uma porção difusa do cotexto, transformando-a num referente.

2. REFERENCIAÇÃO E PROCESSUALIDADE

Como vimos afirmando, os estudos acerca da referenciação têm considerado a natureza processual da construção dos significados por meio dos textos. A fim de embasar essa percepção, as pesquisas em referenciação têm buscado conceitos provenientes da Linguística Cognitiva. Convém reconhecer, no entanto, que boa parte delas considera, como processualidade, apenas o acionamento de bases estáveis – tais como esquemas, *frames* ou modelos cognitivos idealizados – para o preenchimento das lacunas informacionais dos textos, mas não têm abarcado o modo como o significado é localmente construído. É por essa razão que, para esses trabalhos que parecem estar afinados com a vanguarda da pesquisa cognitiva, a “cognição participa como universo de organização de conhecimentos, e não como processualidade.” (GERHARDT, 2013: 95). A explicação para essa defasagem na análise comumente

empreendida na área da Linguística Textual é a ausência de um arcabouço teórico-metodológico que permita ao pesquisador abarcar o processamento *online* dos textos.

Acreditamos que é exatamente nesse ponto que as pesquisas das áreas da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional têm muito a contribuir. Como aponta Nuyts (2007), esses dois paradigmas apresentam muitos pontos em comum, visto que suas compreensões epistemológicas sobre a linguagem humana estão essencialmente em acordo. Do mesmo modo como Nuyts (2007) afirma que a Linguística Cognitiva e a Linguística Funcionalista têm muito a aprender uma como a outra em diversos aspectos, acreditamos também que o diálogo entre essas correntes linguísticas e a Linguística Textual refinará ainda mais o instrumental teórico empregado nas pesquisas que tomam o texto como unidade de análise. Assim, nas próximas subseções, explanaremos sumariamente como a Linguística Cognitiva e a Linguística Funcional podem contribuir com os estudos sobre referenciação.

2.1. TEORIA DOS ESPAÇOS MENTAIS E REFERENCIAÇÃO

A Teoria dos Espaços Mentais oferece uma descrição do processamento cognitivo *online* dos referentes presentes nos discursos. Segundo Fauconnier (1994), os espaços mentais são domínios conceptuais efêmeros construídos para alocar referentes enquanto alguém processa um texto à medida que o discurso se desdobra. A partir de um espaço Base, que ancora o discurso na situação comunicativa imediata (interlocutores, tempo e espaço da enunciação), outros espaços mentais vão sendo criados para alocar referentes situados em outras dimensões. Afinal, por meio do discurso, podemos nos referir ao passado, ao futuro, às situações hipotéticas, ao discurso reportado etc. Os espaços mentais vão sendo ativados por meio de pistas linguísticas, que Fauconnier (1994) denomina como construtores de espaço (*space builders*), ou por meio das pressões pragmáticas da situação comunicativa. Essas estruturas provisórias são internamente estruturadas por informações provenientes dos conjuntos de conhecimentos estáveis ativados pelo discurso, tais como *frames* ou modelos cognitivos idealizados.

Em estudo acerca do papel do tempo e dos modos verbais na construção de espaços mentais em textos em inglês, Cutrer (1994) propôs quatro primitivos discursivos que funcionam como princípios de organização do arranjo dos espaços mentais. São eles: Base, Foco, Ponto de Vista e Evento.

(i) Base (B): é o espaço que serve como ponto de partida para a construção hierárquica de espaços mentais. O espaço Base normalmente se refere ao aqui-e-agora da enunciação a partir do qual se projetam outros espaços de referência, que podem manter esse enquadramento inicial ou se afastar dele. Consideramos que os referentes identificados no espaço Base correspondem ao modo como eles são ontologicamente conceptualizados e, a partir daí, vão sendo discursivamente reenquadrados. Não se trata de uma visão extensionalista, que corresponde a uma ligação entre a expressão linguística e um “referente mundano”, já que partimos do pressuposto de que a ontologia dos referentes emerge do conhecimento partilhado e depende dos aparatos corpóreo e cognitivo humano e do contexto cultural em que os interlocutores se encontram inseridos.

(ii) Foco (F): é o espaço corrente em dado momento do discurso em que o significado está sendo construído.

(iii) Ponto de Vista (PV): corresponde ao centro de conceptualização do *self* codificado na sentença. Consideraremos que o espaço PV corresponde ao viés cognitivo a partir do qual enquadrados os objetos de discurso, iluminando algumas de suas facetas, apagando outras. Diversas expressões modalizadoras – especialmente os delimitadores de domínio, os axiológicos e os marcadores de responsabilidade enunciativa (ADAM, 2008) – atuam como construtores de espaços mentais que sinalizam a partir de que viés determinado referente deve ser enquadrado.

(iv) Evento (E): é o espaço temporal que abriga o evento codificado pelo verbo.

Em nossa dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2010), empregamos a Teoria dos Espaços Mentais para descrever o tratamento dado à progressão e à organização das cadeias referenciais formadas a partir do item lexical polissêmico “cinema” em redações produzidas pelos candidatos aos cursos de graduação no vestibular UFRJ 2008. Como o espaço Evento é mais indicado à codificação da ação verbal presente em narrativas, propusemos o conceito de espaço Proposição para dar conta dos referentes veiculados pelas sentenças típicas dos textos argumentativos ou expositivos.

Tendo visto como a Teoria dos Espaços Mentais pode contribuir para a descrição do processamento cognitivo da atividade referencial, passamos a discutir resumidamente como alguns conceitos da Linguística Funcional também podem enriquecer essa análise.

2.2. TEMA, TÓPICO, NOVIDADE E REFERENCIAÇÃO

Outro arcabouço teórico propício à investigação da processualidade textual é o corpo de trabalhos produzidos na grande área que podemos chamar de Funcionalismo. Na verdade, trata-se de pesquisas com diferentes enfoques, que podem dialogar entre si. Nesse sentido, emergem diferentes conceitos que guardam relações de proximidade de aplicação: tema/remã, tópicó/comentário e dado/novo/acessível.

Os estudos que consideram a consciência (*status* cognitivo do referente) como um componente relevante para a produção discursiva normalmente afirmam que o produtor escolhe as expressões referenciais tendo em vista o que ele crê que seja do conhecimento do receptor. Chafe (2009), por exemplo, considera que a informação dada é aquela julgada pelo produtor como já presente na mente do receptor, informação nova como a previamente inativa para o receptor, e acessível como a informação semiativa para o receptor. Considerando a relação entre estatuto do referente na consciência e a materialização linguística, pode-se dizer que normalmente a informação nova é verbalizada por meio de sintagmas nominais plenos, ao passo que a informação dada frequentemente é apresentada por meio de formas linguísticas mais econômicas, como pró-formas e elipse, por exemplo.

Na análise do *corpus*, consideraremos que as introduções referenciais puras constituem casos de informação nova, pois precisam ser recuperadas na memória de longo termo. A reativação de objetos de discurso expressos no contexto próximo corresponde à informação dada. Já os objetos de discurso desfocalizados e as anáforas não correferenciais serão vistos como semiativos. É preciso considerar, contudo, que os casos de recategorização tornam essa linha divisória entre dado e semiativo muito tênue, uma vez que mesmo os casos de anáfora correferencial podem envolver complexos processos inferenciais. A respeito das anáforas indiretas, Cavalcante e Koch (2007) entendem que elas constituam ocorrências de ativação de um referente novo e de reativação de outro dado (a âncora).

Os estudos que se debruçam sobre a organização e a distribuição das informações que compõem uma frase e, num nível mais elevado, um texto, normalmente, abordam os conceitos de Tema-Remã ou Tópico-Comentário. Numa obra fundamentada na Linguística Sistêmico-funcional, Eggins (2004) explica que o sistema temático é o responsável pela contribuição textual para o estabelecimento da

coerência, pois é ele que nos permite fazer escolhas sobre que informações são mais relevantes, o que deve ser concebido como familiar ou novo, que informações estão em simetria ou contraste etc. Eggins (2004) chega a afirmar que

[...] as escolhas textuais são essenciais para que o texto faça sentido. A mais notável contribuição das escolhas temáticas, então, é para a coesão interna do texto: o uso hábil da seleção temática resulta num texto que parece “estar interligado e fazer sentido” (EGGINS, 2004: 321. Tradução nossa).

Na estruturação da oração, as informações podem ocupar duas posições: o Tema e o Rema. O Tema é o elemento que serve como ponto de partida para a mensagem, correspondendo ao assunto abordado pelos interactantes em dado momento. Como normalmente se parte de informação familiar em direção ao desconhecido, o Tema tipicamente contém informação dada. Já o Rema consiste no desenvolvimento do Tema e acrescenta uma informação nova do discurso.

Consideraremos como Tema qualquer constituinte inicial da sentença que desempenhar alguma função na Transitividade (função experiencial). Assim, o Tema poderá ser realizado pelo argumento externo (sujeito gramatical), pelo argumento interno (complemento verbal), por algum circunstancial (adjuntos adverbiais) ou pelo próprio predicador. Serão considerados elementos inseridos ao Tema os articuladores textuais (função textual) e as expressões modalizadoras (função interpessoal).

Em estudo que se debruçou sobre as diferenças de estruturação de Temas múltiplos² em textos traduzidos do inglês para o norueguês e para o alemão, Hasselgård (2004) expõe a respeito do vínculo existente entre a organização temática e a coesão:

tanto a perspectiva temática quanto a coesão são importantes ao processo a fim de criar e interpretar textos. O Tema diz ao ouvinte de onde começar na interpretação de uma mensagem, e os laços coesivos assinalam como a mensagem se relaciona com outras partes do discurso. Temas Múltiplos são particularmente interessantes do ponto de vista da coesão, já que eles podem conter vários elementos coesivos, ao mesmo tempo em que sinalizam a perspectiva temática da sentença (HASSELGÅRD, 2004: 68. Tradução nossa).

Importantes para o estudo da progressão textual são os métodos de desenvolvimento temático ao longo do discurso. Koch (2004) aborda a progressão

² Temas múltiplos são formados por um elemento da transitividade (função experiencial) acrescido de, pelo menos, mais um articulador textual (função textual) ou uma expressão modalizadora (função interpessoal).

temática ao tratar da sequenciação, já que ela está estreitamente vinculada ao encadeamento de proposições. No entanto, não podemos esquecer que as proposições veiculam referentes e que as proposições oferecem o enquadramento em que dado referente deve ser conceptualizado. Nesse sentido, os padrões de progressão temática podem ser vistos como um ponto de contato entre a referenciação e a sequenciação. Eggins (2004) identifica três padrões principais:

(i) Reiteração do Tema: uma forma básica de fazer o texto progredir com coesão é simplesmente reiterar um referente temático ao longo de uma porção do discurso, apresentando diferentes informações a partir dele. É preciso atentar para o fato de que a reiteração pode se dar por meio de recategorizações, iluminando diferentes facetas do referente em razão dos objetivos comunicativos do produtor. A autora adverte que uma longa porção textual organizada apenas pela reiteração do tema pode indicar uma produção pobre:

Um texto em que o Tema nunca varie não seria apenas enfadonho para ler ou ouvir, mas também indicaria um texto que não vai a lugar algum. Se o Tema é o nosso ponto de partida, a constância do Tema significaria que estamos partindo sempre do mesmo ponto, e que a informação ‘nova’ introduzida nos Remas não estariam sendo seguidas (EGGINS, 2004: 324. Tradução nossa).

(ii) Zig-zag: Eggins (2004) esclarece que, com esse padrão, um elemento introduzido no Rema do enunciado anterior é promovido a Tema do enunciado seguinte. Por promover a coesão com base na introdução recentemente introduzida, Eggins (2004) considera que o padrão zig-zag atribui ao texto um desenvolvimento acumulativo que pode estar ausente no padrão de Tema constante.

(iii) Rema múltiplo: nesse caso, o Tema de um enunciado introduz um Rema informacionalmente abrangente, cujo desmembramento fornecerá o Tema dos enunciados subsequentes. Também poderíamos pensar no caso da divisão de um hipertema.

Há estudos que priorizam a noção de tópico discursivo em lugar de tópico sentencial. O tópico discursivo, de natureza mais global, diz respeito aos assuntos tratados ao longo do texto. Como os assuntos normalmente são materializados por meio de expressões referenciais, parece haver uma estreita relação entre progressão tópica e progressão referencial. Marcuschi (2006), ao discutir a relação entre progressão referencial e progressão tópica, reconhece que parece haver uma “quase-reciprocidade” entre manutenção de referentes e construção de tópicos discursivos.

Contudo, o autor pondera que, “se a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras e preservadoras da continuidade referencial, mas não a garante” (MARCUSCHI, 2006: 21).

Numa obra que discute as principais condições para o estabelecimento da legibilidade, Liberato e Fulgêncio (2007) também abordam a questão do tópico discursivo. A exposição das autoras permite perceber que o estabelecimento de um tópico legível oferece um quadro de referência capaz de facilitar o acesso aos referentes e dissolver possíveis ambiguidades e que o ordenamento das expressões referenciais tem repercussão direta na identificação do tópico discursivo.

A fim de oferecer uma abordagem global do discurso, Östman e Virtanen (1999) propõem uma reinterpretação de conceitos tradicionais relacionados à Estruturação da Informação, tais como Tema-Rema, Tópico-Comentário e Dado-Novo, mostrando como esses constructos teóricos se relacionam entre si e como eles são independentemente motivados, tanto no nível da sentença, quanto no nível do discurso. O objetivo dos autores é mediar entre a visão tradicional de Estruturação da Informação e as posições tomadas por estudos de discurso, cognição e interação nas pesquisas atuais.

Para Östman e Virtanen (1999), o Tema é uma noção estruturalmente orientada e está mais ligado ao produtor. Sinalizando como o produtor decidiu começar o discurso, o Tema escolhido aponta uma direção particular para a continuidade do texto. Segundo esses autores, o Comentário, mais dependente do receptor por estar ligado às restrições da interação, especifica, numa sentença particular, a informação a ser adicionada ao discurso. Já a Novidade tem a ver com as suposições dos interlocutores sobre as informações que eles podem considerar como conhecidas numa situação comunicativa particular. É, portanto, um parâmetro direcionado para a cognição: com respeito ao discurso como um todo e seu contexto situacional, certas partes são ativas ou semiativas, ao passo que outras são não ativas. Novidade, assim, está primariamente associada a acessibilidade em memória.

Com base nesses enquadramentos teóricos, passamos, na próxima seção, à análise de trechos do *corpus*, a fim de evidenciar que o ensino da referenciação precisa contemplar os aspectos discursivo-cognitivos envolvidos em seu processamento.

3. ANÁLISE DOS TEXTOS

Segundo Schwarz-Friesel e Consten (2011), os interlocutores criam um *modelo do mundo textual*, que constitui uma representação mental do discurso estocada na memória de trabalho. Assim, “compreensão textual implica tanto decodificar o significado linguisticamente codificado do texto quanto, ao mesmo tempo, construir um modelo de mundo textual que é uma conceptualização do mundo descrito no texto” (SCHWARZ-FRIESEL; CONSTEN, 2011: 352. Tradução nossa). A ideia por trás desse conceito é que o material linguístico funciona como instruções para o processamento cognitivo. Uma vez que um modelo do mundo textual é instaurado, toda a informação subsequente é integrada à configuração, que é constantemente atualizada à medida que novas informações vão sendo introduzidas. Tal modelo cognitivo, responsável pelo estabelecimento da coerência relativa à teia referencial, é acionado no estabelecimento de relações anafóricas. Consideramos que esse conceito favorece abordagem integrada da ancoragem dos referentes em domínios conceptuais transitórios (espaços mentais) e do estatuto desses referentes na memória dos interlocutores (acessibilidade).

Levando em conta esse enquadramento discursivo-cognitivo, quando falamos em referenciação, consideramos duas situações distintas: (i) a progressão de um mesmo referente via reativação e (ii) as relações estabelecidas entre os diferentes referentes que compõem o modelo do mundo textual.

Começamos tratando da formação das cadeias correferenciais. Normalmente, no ensino da coesão referencial, listam-se os recursos linguísticos responsáveis por fazer as retomadas dos antecedentes: pronomes, sinônimos, hiperônimos etc. Em razão do enfoque formalista, essa abordagem didática costuma oferecer atividades que treinam a memorização da terminologia gramatical e o emprego de recursos coesivos em frases descontextualizadas. Tais exercícios têm pouco a contribuir para o desenvolvimento da competência textual dos estudantes.

O desenvolvimento da competência discursiva só pode ser alcançado por meio do trabalho com textos, por meio da observação do fluxo informacional, que orientará na tomada de decisão sobre que recurso coesivo deve ser empregado em determinado momento do texto, tendo em vista as regras pragmáticas tacitamente compartilhadas quanto ao uso dos recursos coesivos pertinentes em cada gênero textual. Por exemplo, o emprego exagerado do pronome relativo “que” em textos técnicos normalmente

compromete o bom estilo – vício de linguagem informalmente denominado *queísmo*. No entanto, esse mesmo item coesivo foi criativamente explorado no poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade. Outro exemplo: a ambiguidade referencial geralmente é uma falha na redação técnica, mas pode ser um valioso expediente em piadas ou anúncios publicitários. Em suma, a decisão de escolher um ou outro recurso ligado à referenciação só pode ser tomada quando se consideram as peculiaridades do gênero textual que se está produzindo e do modelo de mundo textual particular do texto. Vejamos o caso de manutenção de um referente num parágrafo do seguinte editorial de *O Globo* (31/05/2014):

- (1) O sentido autoritário **do decreto** denuncia sua origem. **Ele** sai dos mesmos laboratórios petistas que engendraram a "assembleia constituinte exclusiva" a fim de fazer a reforma política — atalho para se mudar a Constituição ao bel-prazer de minorias militantes —, **Ø** surge das mesmas cabeças que tentaram controlar o conteúdo da produção audiovisual do país via Ancinav, bem como patrulhar os jornalistas profissionais por meio de um conselho paraestatal. **Ø** Tem a mesma origem dos idealizadores da “regulação da mídia” (Decreto agride democracia representativa. In: *O Globo*, 31 maio 2014. Grifos nossos).

Ao longo desse parágrafo, percebemos a continuidade do referente “decreto” na posição de Tema ao longo das frases: “o decreto” > ele > elipse > elipse. Devido à reiteração do Tema e a um processo de condensação, o leitor chega à conclusão de que o Tópico do parágrafo é “o decreto”. Em razão da acessibilidade desse referente, por estar saliente na memória de trabalho, as remissões a esse referente puderam ser feitas por meio de recursos coesivos econômicos, tais como a substituição por pronome e por elipse. Essas escolhas só podem ser feitas quando o produtor leva em consideração o estatuto cognitivo do referente no interior da dinâmica textual.

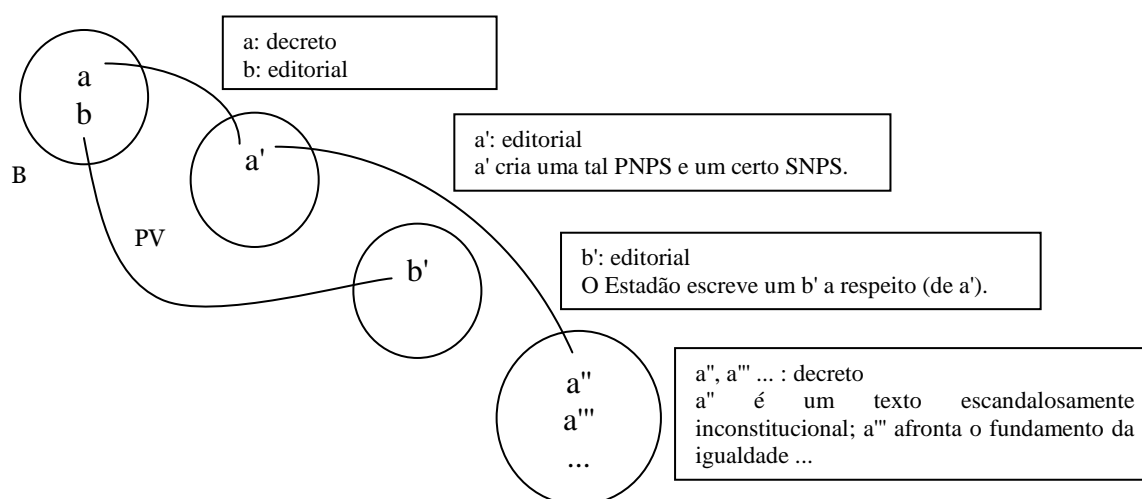
A fim de evitar a ambiguidade na refocalização de um referente desfocalizado, a expectativa é que essa reativação seja feita por meio de um SN que deixe clara a correferência. No entanto, há casos em que pode haver ruptura da continuidade referencial, como no exemplo a seguir, retirado de uma crônica política de Reinado Azevedo (*Veja*, 29/05/2014):

- (2) De mansinho, o PT e a presidente Dilma Rousseff resolveram instalar no país a ditadura petista por decreto. Leiam o conteúdo **do decreto 8.243**, de 23 de maio deste ano, **que** cria uma tal “Política Nacional de Participação Social” e um certo “Sistema Nacional de Participação Social”. O Estadão escreve nesta quinta **um excelente editorial** a respeito. Trata-se de **um texto escandalosamente inconstitucional**, que **Ø** afronta o fundamento da igualdade perante a lei, que **Ø** fere o princípio da representação democrática e **Ø**

cria uma categoria de aristocratas com poderes acima dos outros cidadãos: a dos membros de “movimentos sociais” (Azevedo, R. Dilma decidiu extinguir a democracia por decreto. É golpe! In: *Veja*, 29 maio 2014. Grifos nossos).

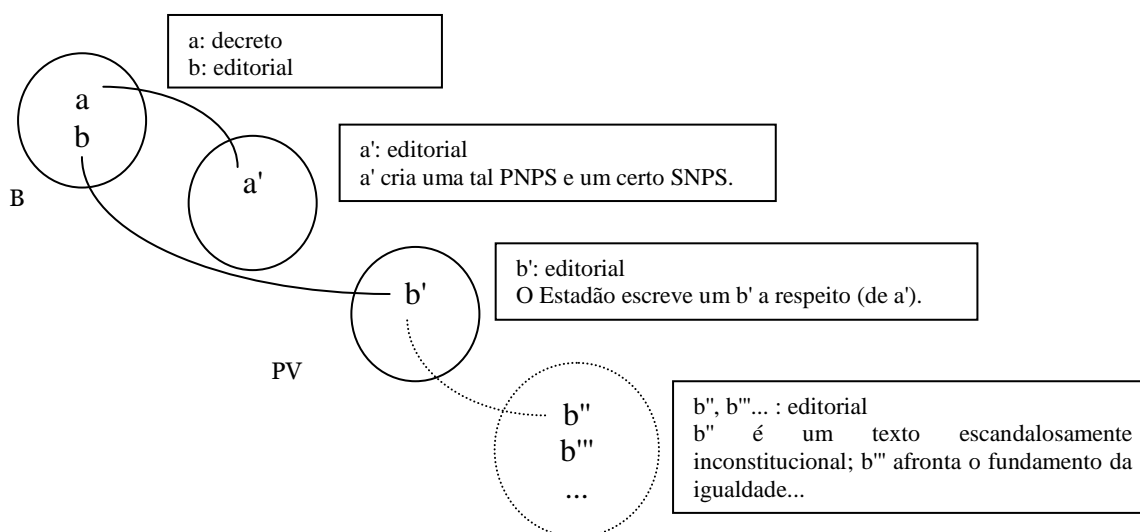
No excerto 2, acima, o referente “decreto 8.243” é desfocalizado em razão da introdução do referente “editorial do Estadão”. Em seguida, surge a expressão “um texto escandalosamente inconstitucional”, forçando o leitor a tomar uma decisão: considerando que o hiperônimo “texto” pode englobar tanto “decreto” quanto “editorial”, qual desses objetos de discurso essa expressão recategoriza? A interpretação pretendida pelo produtor do texto, segundo a qual a expressão “um texto escandalosamente inconstitucional” retoma “decreto”, pode ser esquematizada conforme mostra o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Cadeia de EM do referente “decreto”



No entanto, o leitor que construir um modelo de mundo textual equivocado pode considerar que “um texto escandalosamente inconstitucional” seja correferencial com relação a “editorial do Estadão”. No Gráfico 2, o círculo e a linha pontilhados sinalizam a relação anafórica equivocada:

Gráfico 2: Cadeia de EM do referente “editorial do Estadão”



O que garante que o receptor faça a leitura “correta” dessa passagem? Não há nada na estruturação textual desse parágrafo que garanta o estabelecimento da relação anafórica das últimas proposições com o referente correto – a não ser que o leitor considere que decretos podem ser inconstitucionais, mas editoriais, não. De qualquer modo, fica a cargo do leitor, com base em seu conhecimento prévio sobre o assunto, desfazer a ambiguidade referencial e construir a coerência desse trecho. Essa é uma evidência de que o desenrolar do discurso exige atenção por parte do produtor para prover o texto com pistas coesivas suficientes para que o leitor possa atribuir coerência ao texto sem muitos tropeços.

É comum considerar que a anáfora indireta é mais inferencial do que a anáfora direta, devido ao fato de a relação indireta estabelecida entre a anáfora não correferencial e a âncora depender mais dos conhecimentos partilhados pelos interlocutores. No entanto, na prática da leitura cotidiana de textos, as pessoas se deparam com anáforas diretas que também exigem processos inferenciais complexos e a ativação de conhecimentos enciclopédicos para o estabelecimento da relação anafórica. Vejamos o exemplo 3, retirado do seguinte editorial de *O Globo* (12/06/2014):

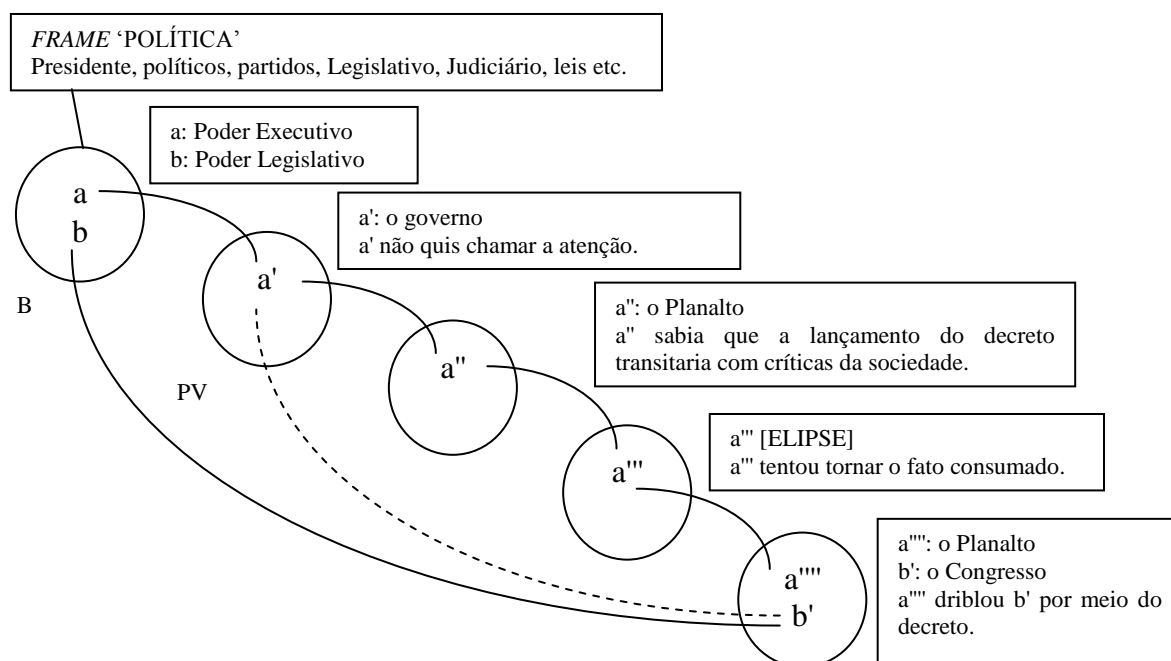
- (3) A maneira como o Decreto-Lei 8.243 foi baixado, na surdina, denunciou o cuidado **do governo** em não chamar a atenção. **O Planalto**, portanto, sabia que o lançamento da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e a instituição de uma miríade de comissões, conselhos, fóruns, “mesas” e similares na administração direta e estatais não transitariam sem críticas da sociedade. Mesmo assim \emptyset tentou, e ainda tenta, tornar o fato consumado.

O Congresso, o Planalto driblou por meio do decreto-lei. [...] (Congresso defende a democracia. In: *O Globo*, 16 jun 2014. Grifos nossos).

Esse trecho comprova que anáforas diretas podem exigir processos inferenciais complexos. A significação da expressão “o governo” é ampla e pode ser empregada, inclusive, para englobar os poderes Executivo e Legislativo. Em específico, com base no desenrolar desse texto – que opõe “Planalto” a “Congresso” –, o leitor identifica, posteriormente, que a expressão “o governo” foi empregada para introduzir especificamente o referente “Poder Executivo” ou “Presidência da República”. Em seguida, esse referente é retomado duas vezes: uma por meio da anáfora recategorizadora “o Planalto” e depois pela elipse. É válido notar que a relação entre “Poder Executivo” e “Planalto” não é simples, pois exige o recrutamento de conhecimentos enciclopédicos para o seu estabelecimento. A escolha da expressão “o Planalto” para designar o referente “Presidência da República” se dá com base numa relação metonímica, uma vez que a sede da Presidência da República está localizada no Palácio do Planalto.

Em meio às relações estabelecidas entre os diferentes referentes que compõem o modelo do mundo textual, encontram-se os casos de anáfora indireta. No exemplo em tela, consideramos que a expressão “o Congresso”, que identifica o referente “Poder Legislativo”, constitui um caso de anáfora indireta em relação à âncora “o governo”. As relações entre essas entidades são tão estáveis no *frame* “política” que a introdução do referente relacionado ao Poder Legislativo se fez com um SN definido, que é a forma mais usual de aparição das anáforas indiretas. Na esquematização a seguir, a linha tracejada representa essa relação indireta entre a anáfora não correferencial e a sua âncora. Todo o processo referencial desse trecho pode ser esquematizado como demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Cadeia de EM da anáfora indireta e sua âncora



É interessante notar que o discurso pode estabelecer diferentes relações semânticas entre diferentes referentes: contraste, equivalência, contiguidade, hiperonímia/hiponímia. Na seguinte notícia, publicada em *O Estado de S. Paulo* (01/06/2014), a percepção dessas relações semânticas entre os referentes permite perceber o padrão organizacional das informações:

(4) Oposição quer reverter criação de conselhos

Os principais partidos da oposição se movimentam para tentar suspender o decreto editado pela presidente Dilma Rousseff [...].

O líder do PSDB, Antonio Imbassahy (BA) já determinou que sua assessoria verifique se há “vício de inconstitucionalidade” no decreto. [...]

Na sexta-feira, 30, **o líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE)**, apresentou projeto de decreto legislativo para revogar o decreto presidencial. [...]

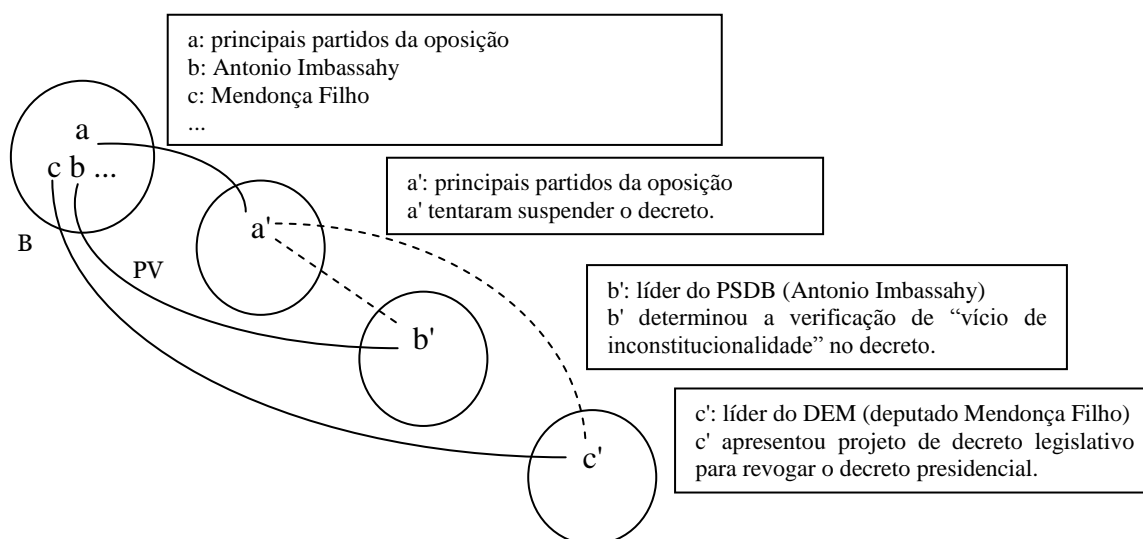
Já **Bazileu Margarido**, coordenador executivo da Rede Sustentabilidade, projeto incorporado ao PSB do presidenciável Eduardo Campos, criticou o momento escolhido para o governo editar o decreto. [...]

Para **o presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (SP)**, a medida do governo é ilegal. [...] (Monteiro, T.; Alegretti, L. Oposição quer reverter criação de conselhos. In: *O Estado de S. Paulo*, 01 jun 2014. Grifos nossos).

Toda essa notícia está organizada com base na divisão do hipertema “principais partidos da oposição”, presente no primeiro parágrafo. Assim, cada Tema dos parágrafos subsequentes estabelece uma retomada desse hipertema. Tal relação, no entanto, é indireta, pois os objetos de discurso “Antonio Imbassahy”, “Mendonça Filho”, “Bazileu Margarido” e “Roberto Freire” não constituem casos de correferência

com “principais partidos da oposição” (no Gráfico 4, a seguir, a linha tracejada sinaliza essa relação indireta). Tal projeção indireta é possível com base em duas ações cognitivas: em primeiro lugar, o leitor recruta, do seu conhecimento de mundo, que o PSDB, o DEM, o PSB e o PPS podem ser categorizados como partidos de oposição ao atual governo; em seguida, por meio de um processo de projeção metonímica, as ações praticadas pelos líderes desses partidos são diretamente atribuídas aos partidos. Assim, torna-se possível dizer, por exemplo, que “os principais partidos da oposição se movimentam para tentar suspender o decreto editado pela presidente Dilma Rousseff”. A esquematização do Gráfico 4 mostra as relações entre os referentes textuais:

Gráfico 4: Cadeia de EM da relação metonímica entre referente e anáforas indiretas

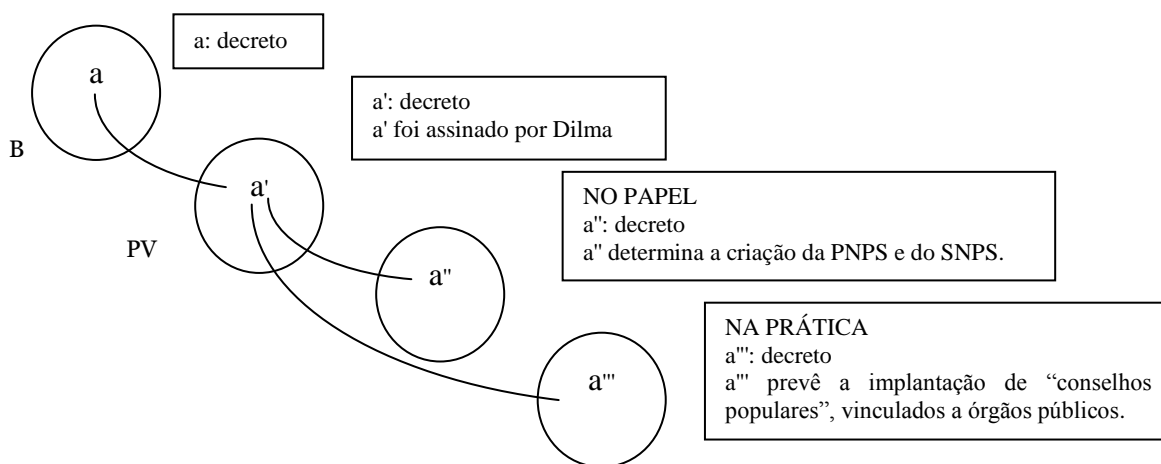


Quando se compreende a referenciação numa perspectiva discursivo-cognitiva, a noção de correferencialidade pode ser problematizada. Observemos o seguinte trecho da notícia publicada em *O Estado de S. Paulo* (01/06/2014):

- (5) **O decreto** para instituir um canal paralelo de poder, antiga pretensão petista, foi assinado por Dilma (Decreto 8.243/2014) no último dia 23 de maio. **No papel, Ø** determina a criação da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). **Na prática, Ø** prevê a implantação de “conselhos populares”, formados por integrantes de movimentos populares, vinculados a órgãos públicos. Tudo sob a tutela do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República). (Monteiro, T.; Alegretti, L. Oposição quer reverter criação de conselhos. In: *O Estado de S. Paulo*, 01 jun 2014. Grifos nossos).

Uma análise que considerasse meramente a linearidade da superfície textual veria uma cadeia coesiva entre as duas elipses, correferencialmente ligadas. Mas uma interpretação discursivo-cognitiva mostra outra análise: as duas elipses não pertencem à mesma cadeia referencial, pois pertencem a domínios epistêmicos diferentes. As expressões modalizadoras delimitadoras de domínio “no papel” e “na prática”, que funcionam como construtores de espaços mentais, projetam dois enquadramentos do referente “decreto” que devem ser contrastados. Tal interpretação pode ser representada pelo Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5: Cadeia de EM com enquadramentos em contraste



É interessante notar que, no desenrolar do discurso, *a''* não serve como ponto de vista para a introdução *a'''*: não há aqui uma continuidade linear. Podemos pensar, inclusive, no caso de uma progressão temática organizada em termos de divisão do hipertema “decreto”, que é retomado por dois enquadramentos distintos: “decreto no papel” e “decreto na prática”, que poderiam inclusive dar origem a cadeias referenciais paralelas, mas sempre entendidas numa relação de oposição. Tal relação é discursivamente construída.

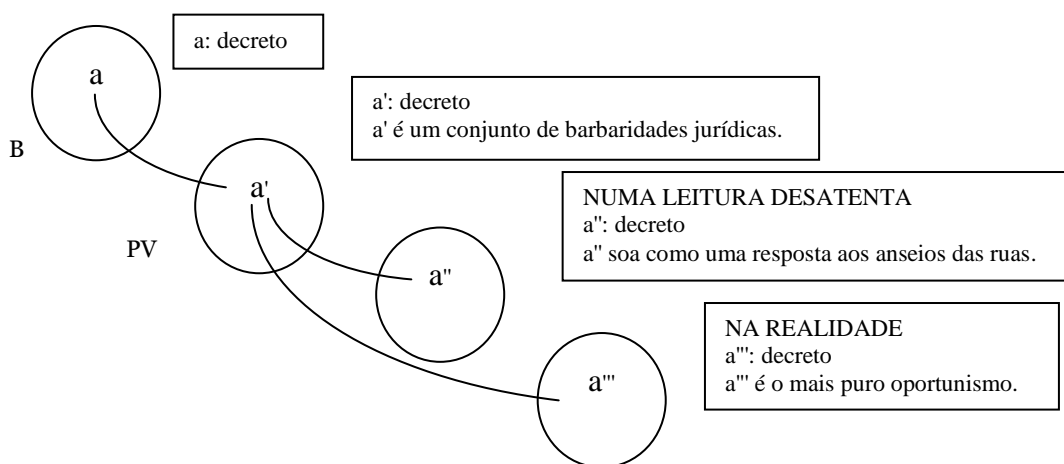
Esse exemplo evidencia que o padrão temático oferece um nível de análise em que a referenciação e a sequenciação têm pontos de contato. O estudo de Hasselgård (2004) mostra que os Temas múltiplos frequentemente apresentam, pelo menos, dois recursos coesivos de natureza distinta: os elementos ligados à transitividade normalmente dizem respeito à referenciação, e os articuladores e alguns modalizadores concernem à sequenciação. No caso em tela, as expressões modalizadoras delimitadoras de escopo “no papel” e “na prática”, numa perspectiva

discursiva, funcionam como articuladores textuais, estando, portanto, ligadas à sequenciação; numa perspectiva cognitiva, atuam como construtores de espaços mentais que sinalizam diferentes domínios conceptuais para alocação dos referentes e das proposições ligadas a eles. Esse processo de refocalização dos objetos de discurso é tão produtivo que podemos notá-lo no seguinte parágrafo, retirado de um editorial de *O Estado de S. Paulo* (29/05/2014):

(6) **O Decreto 8.243**, de 23 de maio de 2014, que cria a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), é um conjunto de barbaridades jurídicas, ainda que \emptyset possa soar, **numa leitura desatenta**, como uma resposta aos difusos anseios das ruas. **Na realidade** \emptyset é o mais puro oportunismo, aproveitando os ventos do momento para impor velhas pretensões do PT, sempre rejeitadas pela Nação, a respeito do que membros desse partido entendem que deva ser uma democracia (Mudança de regime por decreto. In: *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 2014. Grifos nossos).

Segue, no Gráfico 6, a esquematização do exemplo 6:

Gráfico 6: Cadeia de EM com enquadramentos em contraste



Passemos à observação de outro interessante caso de refocalização presente nesse mesmo editorial de *O Estado de S. Paulo* (29/05/2014):

(7) **A presidente Dilma Rousseff** quer modificar o sistema brasileiro de governo.
 [...] O que se vê é que **a companheira Dilma** não concorda com o sistema representativo brasileiro, definido pela Assembleia Constituinte de 1988, e \emptyset quer, por decreto, instituir outra fonte de poder: a "participação direta" (Mudança de regime por decreto. In: *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 2014. Grifos nossos).

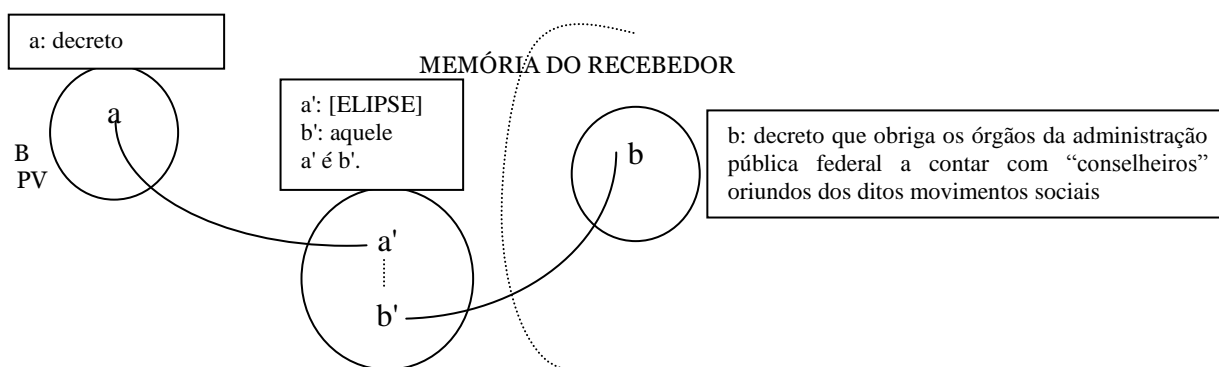
extinguir a democracia por decreto. É golpe!. In: *Veja*, 29 maio 2014. Grifo nosso).

Um caso interessante de referenciação, o dêitico memorial diz respeito ao comando de perscrutação de um referente de fácil acesso na memória dos interlocutores (CAVALCANTE, 2003). Vejamos um exemplo de emprego do pronome demonstrativo como dêitico memorial na crônica política de Reinaldo Azevedo (*Veja*, 03/06/2014):

- (9) A nação ainda respira. A reação iniciada neste blog e no programa “Os Pingos nos Is”, da Jovem Pan, está começando a render frutos. Nove partidos decidiram se unir para tentar impedir que **o famigerado Decreto 8.243**, assinado na surdina por Dilma Rousseff, prospere. **Ø É aquele**, leitores, **que obriga os órgãos da administração pública federal a contar com “conselheiros” oriundos dos ditos movimentos sociais** – vale dizer, os braços e as franjas do petismo (Azevedo, R. Nove partidos se juntam contra decreto ditatorial de Dilma Rousseff. In: *Veja*, 03 jun 2014. Grifos nossos).

No exemplo 9, temos dois movimentos que acessam referentes em domínios diferentes: a elipse refocaliza o referente textualmente introduzido pela expressão “o famigerado Decreto 8.243”, ao passo que o pronome demonstrativo “aquele” sinaliza que o receptor deve buscar o referente compartilhado pelos interlocutores na memória de longo termo. Esses dois objetos de discurso são identificados como sendo o mesmo referente por meio do predicador “é”, conforme demonstra o Gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7: Cadeia com o EM “memória do receptor”



Além disso, é preciso considerar que, no caso em tela, essa referência estabelece uma relação intertextual com outras crônicas sobre o mesmo assunto, publicadas pelo autor. Essa estratégia de apontamento de referente, bastante produtiva na interação face a face, por indicar que um dado referente já é de

conhecimento dos interlocutores, se mostra muito útil no gênero textual crônica, caracterizado por simular um bate-papo entre autor e leitores.

Por fim, gostaríamos de comentar outra estratégia referencial presente no *corpus*: a anáfora encapsuladora. Como vimos, a anáfora encapsuladora consiste em transformar uma porção textual num referente. As anáforas encapsuladoras só podem ser plenamente processadas quando se considera a natureza discursiva da referenciação, pois sua interpretação só pode ser levada a cabo a partir da condensação de informações não pontuais presentes no modelo de mundo textual. Discursivamente, a anáfora encapsuladora é importante por permitir que a informação já apresentada no texto seja comprimida numa expressão referencial que sirva como ponto de partida (Tema) para a apresentação de um novo acréscimo informacional (Rema), estabelecendo uma ponte entre continuidade (remissão referencial) e progressão textual. Vejamos, a seguir, o exemplo 10, extraído do editorial de *O Globo* (04/06/2014):

(10) Órgãos já tentam praticar a democracia direta

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, foi incisivo ao responder às críticas ao Decreto-lei 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e, em particular, à iniciativa de partidos de oposição, DEM e PPS, de recorrer ao Congresso contra o ato da Presidência da República. Segundo “O Estado de S. Paulo”, o ministro, gerente-mor da PMPS, tachou de “hipócritas” as queixas da oposição. Disse, ainda, que só “ignorância e má-fé” explicam as críticas ao decreto-lei, pois ele se lastreia em dispositivo constitucional, garante Carvalho.

A irritação ministerial se deve ao entendimento — não apenas de políticos — de que, sob a enigmática sigla PMPS, esconde-se um monumento à democracia direta, portanto um instrumento inconstitucional, por ter como finalidade colocar o Congresso à margem de decisões na administração direta e também estatais, objeto clássico de qualquer projeto autoritário (Órgãos já tentam praticar a democracia direta. In: *O Globo*, 04 jun 2014. Grifos nossos).

No excerto 10, as ações atribuídas ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, apresentadas no primeiro parágrafo, são interpretadas, a partir do segundo parágrafo, como consequências de uma “irritação” do ministro em razão das críticas contra o decreto assinado pela Presidente Dilma Rousseff. Devido a sua estreita relação com a informação presente no contexto precedente, esse objeto de discurso é considerado previsível e, por essa razão, pôde ser apresentado como informação dada, sendo expresso por meio de um SN definido. Os encapsulamentos também podem ser prospectivos, como neste caso, presente no editorial de *O Globo* (31/05/2014):

- (11) [...] Há **várias surpresas** no ousado ato. **A primeira**, rever o regime de democracia representativa por decreto. **Outra surpresa**, até pela ousadia, é que o decreto formaliza em lei a estratégia antiga de aparelhamento da máquina pública por aliados político-ideológicos do PT (Decreto agride democracia representativa. In: **O Globo**, 31 maio 2014. Grifos nossos).

No exemplo 11, o encapsulamento prospectivo tem a função discursiva de organizar a distribuição da informação. Trata-se de uma progressão por meio da divisão do Rema, em que a retomada de parte do termo encapsulador dá origem aos Temas de outras sentenças, que servirão de base para a introdução de novas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises, procuramos refletir sobre as propriedades discursivo-cognitivas envolvidas na referenciação. Isso só é possível a partir, de um lado, do abandono da visão tradicional do texto como um *produto* em favor de uma percepção do texto como um *processo* que mobiliza diversas ações cognitivas, e, de outro, do abandono do entendimento da língua como sistema autônomo em favor de uma concepção de língua como semiose, isto é, um artefato socialmente construído para a troca intersubjetiva de significados, negociados colaborativamente durante as interações e com o apoio de outros sistemas cognitivos de organização do conhecimento humano, tais como esquemas imagéticos, *frames*, modelos cognitivos idealizados e molduras cognitivas.

Vimos que tal enquadramento vai além de considerar o acionamento de conhecimentos estáveis compartilhados culturalmente, ao reconhecer que, ao atuarmos cognitivamente na interpretação de textos, projetamos domínios cognitivos transitórios para ancorar os referentes de um discurso, estabelecendo diferentes relações semântico-pragmáticas entre eles. O material linguístico e as contingências pragmáticas servem como guias para agenciamento de todo esse trabalho cognitivo.

Defendemos que as contribuições advindas da Linguística Textual, da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional têm muito a contribuir para o refinamento do arcabouço teórico-metodológico para a abordagem de tópicos relacionados à análise textual, como a referenciação, por exemplo. Pretendemos

evidenciar que os conceitos oriundos desses aportes teóricos possibilitam um olhar que ultrapassa a linearidade da superfície textual, libertando a descrição de um enfoque formalista.

Essas reflexões tiveram o objetivo maior de problematizar a concepção de texto e de língua que subjazem ao ensino de língua materna e de indicar ao professor de língua um arcabouço teórico capaz de subsidiar uma prática docente que de fato possa promover o desenvolvimento da competência textual dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.
2. ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
3. ALMEIDA, Marcus Vinicius Brotto de. *Polissemia e progressão referencial em redações de vestibular*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.
4. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 44. Campinas, SP, jan./jun. 2003. p. 105-118.
5. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação: sobre as coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
6. CAVALCANTE, Mônica Magalhães; KOCH, Ingedore Villaça. A acessibilidade de referentes no discurso. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* (Orgs.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares vol. 2: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 9-39.
7. CHAFE, Wallace. Consciousness and language. In: SANDRA, Dominiek; ÖSTMAN, Jan-Ola; VERSCHUEREN, Jef. (Eds.). *Cognition and pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 135-145.
8. CUTRER, L. Michelle. *Time and Tense in Narrative and in Everyday Language*. Ph.D. diss. San Diego: University of California, 1994.
9. EGGINS, Suzanne. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2. ed. New York/London: Continuum, 2004.

10. FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
11. FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
12. GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. As identidades situadas, os documentos curriculares e os caminhos abertos para o ensino de língua portuguesa no Brasil. In: GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela; AMORIM, Marcel Alvaro de; CARVALHO, Alvaro Monteiro. (orgs.). *Linguística Aplicada e ensino: língua e literatura*. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 77-113.
13. HASSELGÅRD, Hilde. The role of multiple themes in cohesion. In: AIJMER, Karin; STENSTRÖM, Anna-Brita. *Discourse Patterns in Spoken and Written Corpora*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 65-87.
14. KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
15. LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro*. São Paulo: Contexto, 2007.
16. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 48(1), Jan./Jun., 2006.
17. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
18. MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
19. NOGUEIRA, Rafael Guimarães. *A abordagem da referenciação em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.
20. NUYTS, Jan. Cognitive Linguistics and Functional Linguistics. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford, 2007. p. 543-565.
21. ÖSTMAN, Jan-Ola; VIRTANEN, Tuija. Theme, comment, and newness as figures in information structuring. In: van HOEK, Karen; KIBRIK, Andrej A.; NOORDMAN, Leo. (Eds.). *Discourse Studies in Cognitive Linguistics: selected*

- papers from the fifth International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, July 1997. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 91-110.
22. SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1. 1997. p. 23-39.
23. SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2013.
24. SCHWARZ-FRIESEL, Monika; CONSTEN, Manfred. Reference and anaphora. In: BUBLITZ, Wolfram; NORRICK, Neal R. *Foundations of pragmatics*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2011. p. 347-372.
25. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ABSTRACT: The teaching of referential cohesion often neglects the discursive and cognitive issues intertwined in the phenomenon. Thus, this article aims to briefly present the theoretical framework of Cognitive Linguistics and functionalism in order to address the processuality immanent in the production and comprehension of texts. For exemplification, phenomena related to referentiation present in newspaper articles were analyzed according to the Theory of Mental Spaces (FAUCONNIER, 1994) and the thematic organization (EGGINS, 2004).

Keywords: Referentiation; Teaching; Discourse; Cognition.

Recebido no dia 03 de junho de 2015.

Aceito para publicação no dia 25 de julho de 2015.